

# RISCOS FINANCEIROS E CIBERSEGURANÇA

## Ementa

Fraude pela perspectiva do crime cibernético. Diferença entre ataque e fraude. Setores mais afetados por fraudes cibernéticas. Engenharia Social-conceito e usos pelos fraudadores. Modalidades de fraudes informáticas. Estratégia antifraude em cibersegurança. Perspectivas para proteção e prevenção a fraudes cibernéticas. Introdução e fundamentos ao estudo da LGPD. Conceitos relevantes da privacidade e da proteção de dados pessoais. Bases legais para o tratamento de dados pessoais e dados sensíveis. LGPD x GDPR. Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Vulnerabilidade Cibernética na área de Finanças.

## Temas

1. Cibersegurança nas finanças pessoais e empresariais
2. Engenharia social e seus impactos
3. LGPD e sua relação com a área financeira
4. Proteção e prevenção a fraudes cibernéticas
5. Vulnerabilidade cibernética na área de finanças

## Referências bibliográficas

- BAGNOLI, Vicente; ABRUSIO, Juliana (org.). Lei geral de proteção de dados LGPD e sua intersecção entre a proteção de dados pessoais, proteção dos consumidores e proteção da concorrência: com comentários acerca da pandemia da Covid-19. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021.
- BARBOSA, Mafalda Miranda et al. (coord.). Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. Indaiatuba: Foco, 2021.
- BOFF, Salete Oro; FORTES, Vinícius Borges; FREITAS, Cinthia Obladen de Alemendra. Proteção de dados e privacidade: do direito às novas tecnologias na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- BRANCHER, Paulo Marcos Rodrigues; BEPPU, Ana Claudia (coord.). Proteção de dados pessoais no Brasil: uma nova visão a partir da Lei n. 13.709/2018. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- BRASIL. Decreto n. 10.222, de 5 de fevereiro de 2020. Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.? Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10222.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10222.htm). Acesso em: 19 jul. 2021.
- BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.
- BRASIL. Lei n. 13.853, de 8 de julho de 2019. Altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2019.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. A evolução dos estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FERREIRA, Rafael Freire. Autodeterminação informativa e a privacidade na sociedade da informação. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- FRANÇA, Phillip Gil. Ato administrativo, consequencialismo e compliance: gestão de riscos, proteção de dados e soluções para o controle judicial na era da IA. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na Era da Informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- OLIVEIRA, Marcos A. G. de; et al. Guia de Defesa Cibernética na América do Sul. Recife: Ed. UFPE, 2017.

PRADO FILHO, Francisco Octavio de Almeida; RAIS, Diogo (coord.). Direito público digital: o Estado e as novas tecnologias: desafios e soluções. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

SARAK, Mayra Matuck. A tutela dos direitos nas infrações cibernéticas: lacunas de impunidade entre o tecnológico e o jurídico. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.